

# Ensino de Sociologia na educação básica: expansão, retrocessos e perspectivas

Amurabi Oliveira

27

---

## Resumo

O ensino de Sociologia é uma área que tem se expandido recentemente, principalmente entre 2008 e 2017, período no qual essa ciência permaneceu como disciplina obrigatória no ensino médio brasileiro. Em um curto espaço de tempo, ocorreram transformações relevantes na área que redimensionaram a formação inicial e continuada de professores e lançaram novos desafios políticos, institucionais e pedagógicos para a Sociologia. Neste artigo, realiza-se uma breve revisão dos principais acontecimentos na área em período recente, buscando analisar as perspectivas futuras para esta.

Palavras-chave: Ciências Sociais; ensino de Sociologia; formação de professores.

---

## **Abstract**

### **Teaching Sociology in Basic Education: expansion, setbacks, and prospects**

The field of Sociology teaching has been under expansion recently, mainly between 2008 and 2017, a period in which this science remained a mandatory subject in Brazilian high school. In a short period, there were relevant changes in the area, which redefined initial and continuing teacher training, and presented new political, institutional and pedagogical challenges for Sociology. In this article, I conduct a brief review of the main events in the field recently, seeking to analyze future prospects for the area.

Keywords: Social Sciences; Sociology teaching; teacher training.

---

## **Resumen**

### **Enseñanza de Sociología en la educación básica: expansión, retrocesos y perspectivas**

La enseñanza de la Sociología es un área que se ha expandido recientemente, principalmente entre 2008 y 2017, período en el que esta ciencia siguió siendo una asignatura obligatoria en la educación secundaria brasileña. En poco tiempo, se produjeron cambios relevantes en el área, que redefinieron la formación inicial y continua de los profesores, y lanzaron nuevos desafíos políticos, institucionales y pedagógicos para la Sociología. En este artículo, realizo una breve revisión de los principales hechos ocurridos en el campo, en un período reciente, buscando analizar las perspectivas de futuro para esta área.

Palabras clave: Ciencias Sociales; enseñanza de Sociología; formación de profesores.

---

## **Introdução**

O ensino de Sociologia é um tema que, apesar de ter sido longamente secundarizado por sociólogos no Brasil e em outros países (Moraes, 2003; Decesare, 2014), mostra-se cada vez mais relevante num contexto de crescente ataque às Ciências Humanas e Sociais, em especial à Sociologia (Blois; Oliveira, 2019; Oliveira, 2020). Lahire (2016), ao debater o ataque à Sociologia no contexto francês em período recente, indica como um dos caminhos para a ampliação da compreensão do papel dessa ciência seu ensino nos diversos níveis educativos, iniciando o jovem no fazer sociológico ainda no ensino fundamental. Notadamente, tais questões se

complexificam no contexto da pós-verdade,<sup>1</sup> no qual os conhecimentos acadêmicos e escolares passam a ser continuamente questionados.

Restringindo-nos ao contexto brasileiro, cuja singularidade nos demanda uma reflexão própria, é necessário mencionar alguns marcos históricos significativos no debate acadêmico acerca do tema: a) a realização do *Symposium sobre o Ensino de Sociologia e Etnologia* na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1949; b) a emblemática comunicação de Florestan Fernandes (1920-1997), durante o I Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1954, intitulada “O ensino de Sociologia na escola secundária brasileira”; c) a publicação, também em 1954, da “Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo” de Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982). Tais marcos são suficientes para indicarmos que esse debate não é novo na Sociologia brasileira, estando presente – ainda que de forma marginal – ao longo do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil.<sup>2</sup>

Em período mais recente, a reintrodução da Sociologia como disciplina obrigatória em todas as séries do ensino médio, por meio da Lei nº 11.684/08, redimensionou esse debate, demandando novas reflexões por parte da comunidade científica de sociólogos brasileiros. Também nesse cenário ampliou-se o número de cursos de formação de professores de Sociologia (Oliveira, 2015), tanto na formação inicial, considerando as licenciaturas em Ciências Sociais, quanto na continuada, mediante cursos de especialização e de mestrado profissional. Como reflexo desse cenário, tem havido um crescente número de teses e dissertações dedicadas ao tema do ensino de Sociologia, como bem atestam inúmeros balanços na área (Caregnato; Cordeiro, 2014; Bodart; Cigales, 2017; Handfas, 2017), o que aponta para uma dinâmica comunidade de pesquisadores que exploram esse debate com base em diferentes perspectivas teóricas e metodológicas.

Destaca-se ainda o fato de que a temática tem conseguido galgar importantes espaços institucionais, como demarca a criação do Grupo de Trabalho (GT) sobre Ensino de Sociologia, em 2005, no Congresso Brasileiro de Sociologia; o advento do Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica (Eneseb), em 2009; a fundação da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (Abecs), em 2012; e a criação, em 2020, do GT sobre Ensino de Ciências Sociais no encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs).

No nível internacional, é importante ponderar que a Sociologia tem estado presente nos currículos escolares principalmente por meio da educação secundária pós-obrigatória, em especial nas orientações de Ciências Humanas e Sociais. Em alguns países, seu ensino ocorre conjugado com outras Ciências Sociais, como a Economia, a Política etc., refletindo os diferentes arranjos e percursos institucionais dessa disciplina na educação básica. De uma forma muito geral, podemos dizer que o caso brasileiro é bastante *sui generis* em relação ao *status* da Sociologia na escola,

<sup>1</sup> Compreende-se por pós-verdade, de forma sumarizada, uma situação na qual os fatos objetivos ganham menos relevância que o apelo às emoções e às crenças pessoais.

<sup>2</sup> Deve-se enfatizar ainda que, diferentemente do que ocorreu em outros países, a Sociologia no Brasil institucionalizou-se primeiramente na educação secundária e apenas posteriormente no ensino superior.

possivelmente sendo o único país que experimentou sua obrigatoriedade em todas as séries da educação secundária. Faltam mais pesquisas comparativas entre diferentes experiências no ensino de Sociologia, o que poderia enriquecer o debate, considerando tanto as experiências na educação básica quanto no ensino superior, ainda que algumas já tenham sido realizadas comparando a realidade brasileira com aquela presente na Alemanha (Leithauser; Weber, 2010), na Argentina (Oliveira, 2019a), na França (Maçaira, 2017) e no Uruguai (Oliveira, 2019b).

Em que pese a existência de inúmeros balanços sobre o tema, a intenção neste artigo é a de realizar um panorama mais geral, dialogando com a literatura recente e com as mudanças legislativas ocorridas. O texto é pensado, portanto, como uma introdução ao debate para os neófitos na temática, mas também como uma reflexão sobre o passado, o presente e as perspectivas de futuro do ensino de Sociologia no Brasil na educação secundária.

### **Entre o passado e o presente: o ensino de Sociologia ontem e hoje<sup>3</sup>**

Certamente, um dos temas mais recorrentes no debate sobre o ensino de Sociologia é a história dessa disciplina no currículo escolar, algo que tem sido retomado ainda que de maneira sucinta em diversas teses e dissertações, destacando o percurso descontinuado dessa ciência nesse espaço institucional. Apesar de ser amplamente conhecida a versão que indica que a Sociologia começou a ser ensinada no nível secundário no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1925 – tendo como primeiro professor Delgado de Carvalho (1884-1980) –, pesquisas mais recentes apontam para a existência de experiências pioneiras em outras regiões do Brasil, como Aracaju e Manaus (Alves; Costa, 2006; Oliveira, 2013; Bodart; Cigales, 2021), embora o marco do Colégio Pedro II continue a ser relevante, por refletir as modificações trazidas com a Reforma Rocha Vaz.

Muitos consideram que entre 1925 e 1942 tivemos o “período de ouro” da Sociologia, no qual ela constou como disciplina obrigatória nos cursos complementares, que eram requisitos para o acesso ao ensino superior. Deve-se enfatizar aqui, no entanto, que ainda tem sido dada pouca ênfase para o caráter elitista da Sociologia nesse período, ensinada para uma minoria política, econômica e cultural que tinha acesso aos cursos superiores. Esse ciclo é encerrado com a Reforma Capanema, em 1942, que suprimiu os cursos complementares e, por consequência, a Sociologia do currículo escolar. Colocar tal questão nesses termos é relevante dado que, diferentemente do que se difundiu em alguns trabalhos, não houve uma medida que excluísse a Sociologia do currículo escolar de modo específico (Moraes, 2011). Importante ressaltar que nesse período ainda tínhamos em curso o próprio processo de formação do campo sociológico no Brasil, inclusive no ensino superior, uma vez que estávamos na transição entre uma geração de “ensaístas” e uma geração de

<sup>3</sup> Apesar da relação existente entre a Sociologia escolar e a acadêmica, é importante destacar desde já que elas possuem percursos históricos substancialmente distintos, de modo que fugiria ao foco e ao escopo deste artigo examinar o percurso da Sociologia no ensino universitário no Brasil.

“cientistas sociais profissionais”, egressos dos primeiros cursos de graduação na área.<sup>4</sup>

Outro aspecto pouco explorado nas cronologias sobre o ensino de Sociologia na educação escolar se refere ao fato de que a Sociologia ensinada na escola brasileira na primeira metade do século 20 é substancialmente distinta daquela que foi introduzida no ensino médio já no século 21 (Meucci, 2015). Nos termos postos por Bourdieu (2004) acerca da autonomização dos campos, temos que um campo é menos autônomo quando possui menor autonomia de refratar a influência de outros campos, de tal modo que, ao percebermos, por exemplo, a existência de uma Sociologia Católica nesse período (Cigales; Oliveira, 2021), podemos verificar que a área ainda era um campo pouco autônomo na primeira metade do século 20 no Brasil, especialmente no período anterior à formação dos primeiros sociólogos profissionais, egressos das graduações em Ciências Sociais.<sup>5</sup> Essa Sociologia pouco autônoma, por vezes, produzia e difundia um tipo de conhecimento bastante conservador, o que nos permite questionar uma leitura simplificadora que indica que a exclusão da Sociologia do currículo escolar na década de 1940 foi reflexo de seu caráter “subversivo” (Oliveira, 2013).

Soma-se a esse aspecto o fato de que, apesar de sua ausência como disciplina obrigatória a partir da década de 1940, observou-se um crescimento contínuo no número de licenciaturas em Ciências Sociais (Liedke Filho, 2005), que habilitavam seus egressos para o ensino de diferentes disciplinas, entre elas a Sociologia. Disciplinas escolares como Organização Social e Política do Brasil (OSPB), em que pese a reorientação ideológica sofrida a partir do regime militar de 1964,<sup>6</sup> foram amiúde lecionadas por professores egressos das licenciaturas em Ciências Sociais, constituindo-se, assim, em um espaço também de disseminação de conteúdos sociológicos (Oliveira, 2022 – no prelo).

Apesar do hiato disciplinar da Sociologia no currículo escolar, compreende-se que ela passa a ganhar um espaço paulatino nas escolas, principalmente, no contexto da redemocratização. Esse processo ocorre, especialmente, por meio das legislações estaduais, como bem demonstram Bodart, Azevedo e Tavares (2020), que apontam também para uma forte relação entre a presença dos cursos de Ciências Sociais e a presença da Sociologia no currículo escolar local.

<sup>4</sup> Importante indicar que essa divisão, mesmo que aceita por muitos pesquisadores, tem sido questionada cada vez mais, compreendendo que o “ensaísmo” não se opõe necessariamente à reflexão científica produzida desde as Ciências Sociais (Botelho, 2010). Um dos exemplos mais emblemáticos dessa questão é o de Gilberto Freyre (1900–1987), que havia realizado cursos de Sociologia e de Antropologia durante sua formação pós-graduada na Universidade de Colúmbia e amiúde é classificado como um autor ensaísta pertencente a um período pré-científico das Ciências Sociais.

<sup>5</sup> Os cursos superiores de Ciências Sociais surgem a partir da década de 1930 no Brasil, sendo os primeiros os da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933), da Universidade de São Paulo (1934), da Universidade do Distrito Federal (1935), da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (1938) e da Faculdade de Filosofia da Bahia (1941).

<sup>6</sup> Importante mencionar que a ditadura militar também afeta diretamente a realidade das Ciências Sociais no ensino superior, havendo casos de perseguições de diversas ordens. Todavia, chama a atenção o fato de que ocorreu no mesmo período uma expansão significativa dos cursos de graduação e pós-graduação na área, decorrente da Reforma Universitária de 1968. Atenta-se, ainda, para o fato de que muitos pesquisadores receberam financiamento da Fundação Ford para realizar estudos pós-graduados nos Estados Unidos nesse período, o que teve um papel decisivo na consolidação dos quadros acadêmicos nas Ciências Sociais (Rodrigues, 2020).

Observando o processo gradual de retorno obrigatório da Sociologia à escola de ensino médio brasileiro, notamos que nos estados onde havia maior oferta de cursos de Ciências Sociais constata-se forte presença de militância em busca desse retorno, evidenciando o papel dos cursos de Ciências Sociais ou de Sociologia na mobilização coletiva. Os cursos forneceram militantes, locais de reuniões e até intervenções em vestibulares, muitos dos quais passaram a exigir dos candidatos conhecimentos de Sociologia, estimulando a oferta da disciplina na escola. Em outros termos, a reintrodução da Sociologia no ensino médio não se deu por “boa vontade” dos legisladores, mas pelas lutas empreendidas, ainda que um cenário de maiores oportunidades políticas e menores restrições tenha sido importante para que a mobilização ocorresse. (Bodart; Azevedo; Tavares, 2020, p. 230-231).

Todavia, apenas em 2008 a Sociologia retornou de forma obrigatória ao currículo do ensino médio nacionalmente, o que teve implicações em outras políticas educacionais, como a inclusão da Sociologia no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) em 2012.

O relevante aqui é que a Sociologia lecionada nas escolas a partir de 2008 é substancialmente distinta daquela que foi introduzida no currículo escolar entre os anos de 1920 e 1940. As transformações observadas refletem o próprio processo de autonomização do campo da Sociologia no Brasil e no mundo, como também os distintos sentidos que a escolarização assume. Como bem assinala Weber (1996), a partir dos anos de 1980 a educação passa a ser compreendida como fundamental para a consolidação do projeto democrático e, em nossa interpretação, esse ideal também passa a ser refletido no ensino de Sociologia, que de modo recorrente se mostra associado no nível da legislação à formação para a cidadania, como constava na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996. Não se trata de reduzir o ensino da Sociologia a uma ideia abstrata de “formação para a cidadania”, mas sim de reconhecer o papel sociopolítico que essa disciplina possui ao propor a desnaturalização da realidade social. Contudo, obviamente, uma ligação tão intrínseca com a democracia e com a formação cidadã pode implicar recuos para essa disciplina quando tais elementos também retrocedem, algo que historicamente tem ocorrido no Brasil (Avritzer, 2018).

O período compreendido entre 2008 e 2017 corresponde àquele no qual a Sociologia permaneceu como disciplina obrigatória no currículo escolar, sendo também um momento em que houve significativos avanços para a área, como podemos explorar nas seções seguintes. É nesse momento que se consolida a formação de uma comunidade de pesquisadores dedicados ao tema do ensino de Sociologia, muitos deles defendendo teses e dissertações que tiveram como objeto o ensino dessa ciência. Ainda nesse período, surgem os encontros nacionais dedicados ao tema e há uma expansão significativa de publicações especializadas, com livros, coletâneas, dossiês temáticos, artigos e periódicos. Apesar de a Reforma do Ensino Médio de 2017 ter demarcado a interrupção desse período, retirando a obrigatoriedade do ensino de Sociologia, verifica-se que a comunidade de pesquisadores continua bastante ativa, realizando diversas atividades, como podemos observar com o VI e o VII Eneseb, organizados em 2019 e 2021, respectivamente.

## O livro e o currículo

A presença da Sociologia na escola brasileira entre as décadas de 1920 e 1940 teve implicações na produção de livros didáticos na área, que nesse período eram escritos principalmente por autores autodidatas no campo das Ciências Sociais (Meucci, 2011). A reintrodução da Sociologia no ensino médio a partir de 2008 teve um efeito similar, propulsionado ainda mais pelo PNLD, que se propõe a avaliar, comprar e distribuir livros didáticos em diversas áreas do conhecimento; porém, devemos reconhecer aqui que estamos diante de diferentes gerações de livros de Sociologia (Maçaira, 2017).

Alguns aspectos interessantes podem ser apontados a partir da experiência da Sociologia no PNLD: a) consolidação de um modelo que articula as três áreas das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), de modo que a Sociologia escolar acaba por refletir a formação existente nas licenciaturas em Ciências Sociais; b) disseminação da pesquisa como princípio metodológico no ensino de Sociologia na educação básica;<sup>7</sup> c) articulação entre teorias e temas no ensino da Sociologia. Todavia, é importante observar que os livros didáticos, para serem aprovados no PNLD, devem responder a um determinado edital, e percebemos a emergência de um “modelo” de livro didático. Apesar da existência de um “modelo”, é relevante evidenciar que encontramos múltiplos sentidos para a Sociologia nesses livros (Engeroff; Oliveira, 2018). Ademais:

Outro aspecto que deve ser considerado nesse processo é que, para além de uma dimensão estritamente autoral, os livros didáticos, devido à sua forte inserção no mercado editorial, são produzidos a partir da ação conjunta de outros agentes, dentre os quais se destacam os próprios editores (Sousa, 2015), mas não só, uma vez que dada a especificidade deste tipo de material há revisores pedagógicos, de linguagem, de imagens etc. De modo que o produto final apresentado possui uma presença significativa de escolhas realizadas por outros agentes, especialmente considerando-se que em sua maioria tratam-se de livros publicados por grandes conglomerados editoriais.

E por fim, um terceiro elemento que poderia ser considerado nesse processo de aproximação entre as concepções de sociologia presentes nos livros aqui avaliados, destacaríamos o fato de que parte significativa desses autores realizam sua formação acadêmica e intelectual prioritariamente em universidades brasileiras, especialmente aquelas concentradas no eixo Rio-São Paulo, o que poderia apontar para o processo de reprodução de determinadas concepções de ciências sociais que circulam nestes espaços. Infere-se, portanto, certa continuidade entre a sociologia universitária e a sociologia escolar, ainda que possa haver sobressaltos nessa passagem de uma realidade para outra. (Engeroff; Oliveira, 2018, p. 236-237).

Importante considerar que historicamente o livro didático possui um papel fundamental no processo de rotinização do conhecimento pedagógico em sala de aula, o que se torna especialmente relevante no contexto no qual inexistia um currículo nacionalmente estabelecido. Na medida em que a Sociologia passou a figurar nos

<sup>7</sup> Importante reconhecer que essa centralidade é colocada principalmente a partir das Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio (OCNEM), que indicam tanto o estranhamento e a desnaturalização como princípios epistemológicos quanto a pesquisa como princípio metodológico para o ensino de Sociologia.

currículos estaduais, muitas unidades da Federação definiram os conteúdos a serem lecionados, algo também influenciado em muitos casos pelos vestibulares de universidades públicas. Apesar da inexistência de um currículo nacional, pode-se observar a existência de certas convergências entre as diferentes propostas estaduais, de acordo com Santos (2012).

Como bem ponderam Silva, Alves Neto e Vicente (2015), a ideia de um currículo nacional é algo que vem sendo pensado ao menos desde a Constituição de 1988. Em que pese a relevância, para a área de Sociologia, das Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio (OCNEM) de 2006, elas indicaram princípios norteadores mais gerais, sem focar os conteúdos a serem lecionados. No entanto, é importante considerar que, apesar da relevância institucional, os marcos legais para a delimitação de um currículo nacional devem ser sempre analisados criticamente, uma vez que em sua formulação prática o currículo escolar acaba envolvendo outros saberes docentes.

Efetivamente, a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pareceu indicar uma real possibilidade de formulação de um currículo nacional para a Sociologia, porém, sua proposta inicial foi substancialmente modificada ao longo de suas versões, até a publicação final em 2018. Ainda que tenha contado com especialistas da área em sua formulação inicial, a BNCC foi impactada não apenas pelas diversas pressões produzidas pelos agentes envolvidos em seu processo de elaboração, como também pelas transformações sociopolíticas ocorridas no Brasil, com destaque para o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. Soma-se a esse cenário a publicação da Reforma do Ensino Médio em 2017, que retirou a obrigatoriedade da Sociologia do currículo escolar, restando apenas como disciplinas obrigatórias Matemática, Língua Portuguesa e Língua Inglesa.

Interessante enfatizar, portanto, que a Sociologia sofreu reveses ao longo das diferentes versões da BNCC, o que tende a reforçar o argumento de que sua presença no currículo reflete os humores político-institucionais, ainda que isso possa ser considerado uma característica mais geral do currículo, uma vez que ele reflete as relações de poder de uma dada sociedade (Apple, 2006). Efetivamente, pode-se indicar que essa retirada da obrigatoriedade do ensino de Sociologia como disciplina escolar irá impactar os cursos de Ciências Sociais, assim sendo, longe de essa questão ser um problema exclusivo da licenciatura, possivelmente irá afetar toda a formação no campo das Ciências Sociais.

É pertinente ponderar, no entanto, que a Sociologia não foi simplesmente excluída do currículo escolar, uma vez que muitas unidades federativas optaram por mantê-la no currículo, ainda que possam ter sido observadas propostas de redução de carga horária em alguns estados. Conforme Oliveira e Greinert (2020, p. 75):

O desvio da questão para o nível local redimensiona também o papel do diálogo entre as universidades e as secretarias de educação, bem como entre os diversos agentes escolares. Nenhuma reforma é possível sem o envolvimento dos professores, bem como sem a participação efetiva dos centros formadores. É importante enfatizar aqui que tem havido uma intensa mobilização de sindicatos, universidades, sociedades científicas em torno da relevância das Ciências Sociais nos currículos escolares e também contra os ataques que tais ciências têm sofrido (Oliveira, 2020). Não sem menor ressalva, devemos



reconhecer que este redirecionamento ocorre, justamente, num momento de inflexão política no Brasil, o que pode ter consequências diretas sobre que currículos emergiram nesta conjuntura.

Isso significa que compreender o lugar da Sociologia no currículo escolar nesse momento nos remete a um entendimento acerca da reorganização do pacto federativo, bem como das relações que as Ciências Sociais conseguem estabelecer com os diversos agentes sociais. Queremos afirmar com isso que caberá aos sistemas estaduais de ensino deliberarem sobre a presença ou a ausência da Sociologia nos currículos escolares, o espaço que poderá ocupar na formação geral e nos diversos percursos formativos e os conteúdos que serão lecionados; isso significa que serão os arranjos locais que decidirão o futuro da Sociologia na escola brasileira.

Esse processo se insere num conjunto mais amplo de retrocessos no campo da política educacional, que acompanha a ascensão de movimentos conservadores na educação, os quais recorrentemente apontam o ensino de Ciências Humanas e Sociais como um “problema” no campo educacional, especialmente por abordar questões como desigualdades sociais, racismo, gênero, sexualidade etc. Deve-se enfatizar, portanto, que a ausência do corpo disciplinar da Sociologia (e de outras disciplinas) na BNCC reflete, em certa medida, a capacidade que determinados grupos demonstraram de pautar suas demandas nesse processo, sobrepondo-se a posições que vinham sendo acenadas pela comunidade acadêmica, com destaque nesse caso para as associações científicas no campo das Ciências Sociais.

### **A formação inicial e continuada de professores de Sociologia**

Certamente, um dos maiores desafios institucionais e pedagógicos do ensino de Sociologia encontra-se no âmbito da formação docente, esse que é um desafio bastante amplo no Brasil nas mais diversas áreas de conhecimento ganha contornos particulares no caso das Ciências Sociais. Compreender os dilemas desse campo nos remete a uma análise mais ampla sobre as transformações da licenciatura em Ciências Sociais nas últimas décadas. Até o final dos anos de 1990, esse curso habilitava seus egressos de forma mais genérica, por meio da Portaria MEC nº 399/89, possibilitando que lecionassem História e Geografia no 1º grau, OSPB nos 1º e 2º graus, além de Sociologia, Elementos de Economia e Geografia Humana, no 2º grau. A revogação dessa portaria em 1998, de modo concomitante à paulatina reintrodução da Sociologia nos currículos escolares, redirecionou as licenciaturas de Ciências Sociais, especializando-as no ensino de Sociologia.

Observa-se que a reintrodução da Sociologia em 2008 teve um impacto decisivo sobre a formação de professores, tanto a inicial quanto a continuada. Em termos mais objetivos, houve um aumento no número de cursos de licenciatura em Ciências Sociais em todas as regiões do Brasil (Oliveira, 2015; Bodart; Tavares, 2018). Ademais, os cursos que já existiam antes de 2008 passaram a ser repensados, dado o novo contexto que se colocava, incluindo em muitos casos a contratação de professores especializados no âmbito do ensino das Ciências Sociais, tanto nos Departamentos de Ciências Sociais

quanto nas Faculdades de Educação, uma vez que encontramos disciplinas de metodologia de ensino e prática de ensino em Ciências Sociais em ambos os espaços institucionais (Oliveira; Silva; Nascimento, 2020).

Outro ponto que ganha destaque se refere à criação, em 2010, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), que apesar de existir em distintas licenciaturas teve um impacto especialmente relevante nas Ciências Sociais (Santos, 2017). Diferentemente de outras licenciaturas, no caso das Ciências Sociais, o Pibid possibilitou um tipo de aproximação praticamente inédita com o espaço escolar, considerando a descontinuidade da Sociologia no currículo da educação básica.

Os desafios da formação de professores de Sociologia se colocam não apenas a partir das disciplinas próprias da didática e da metodologia de ensino de Ciências Sociais, como também daquelas compreendidas como “tronco comum”, normalmente disciplinas teóricas compartilhadas com o curso de bacharelado.

Além da expansão no número de cursos de licenciatura em Ciências Sociais, estudos têm indicado também uma ampliação da taxa de conclusão do curso (Bodart; Tavares, 2018). Considerando tal movimento, podemos inferir que as políticas de formação docente no âmbito da Sociologia têm caminhado para o atendimento da demanda existente na educação básica, ainda que estejamos bastante distantes de uma situação ideal, uma vez que perdura um cenário no qual a maior parte dos docentes que lecionam Sociologia nas escolas possui formação em outras áreas do conhecimento.

Além da formação inicial docente, ganha espaço também o debate acerca da formação continuada de professores de Sociologia, tanto mediante cursos *lato sensu* quanto *stricto sensu*. O próprio Ministério da Educação (MEC), por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), financiou cursos de especialização em ensino de Sociologia no ensino médio, visando qualificar os professores que lecionam essa disciplina na educação básica. Em 2012, foi aprovado o mestrado profissional em Ciências Sociais para o ensino médio na Fundação Joaquim Nabuco, que posteriormente passou a integrar o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede (ProfSocio), cujas primeiras turmas ingressaram em 2018 nas instituições associadas.

Importante destacar que o mestrado profissional em ensino de Sociologia é essencialmente uma formação continuada, que não possui como finalidade habilitar professores para o ensino dessa ciência na educação básica. Em outros países, como Portugal, Espanha e França, a formação inicial docente é realizada em nível de mestrado, de modo que os mestrados em ensino possuem outra finalidade (Oliveira, 2021).

### **Considerações finais: o futuro da Sociologia na escola**

Esta sucinta análise de alguns dos principais pontos referentes ao ensino de Sociologia buscou destacar principalmente os avanços galgados nos últimos anos, ainda que se deva reconhecer que a Reforma do Ensino Médio e a versão final da BNCC são neste momento os maiores desafios para a área. A perda do *status* de disciplina obrigatória no ensino médio, como já indicado anteriormente, implicará

um deslocamento das disputas no currículo para o nível local, o que determinará o futuro da Sociologia na escola.

É importante perceber que, mesmo em momentos nos quais a Sociologia não constava como disciplina obrigatória, os cursos de licenciatura em Ciências Sociais continuaram a se expandir, movimento esse que pode ser observado hoje especialmente por meio do mestrado profissional em rede, cujas atividades continuam a ser desenvolvidas mesmo após a retirada da obrigatoriedade da disciplina. Podemos inferir que a presença obrigatória da Sociologia no ensino médio brasileiro entre 2008 e 2017 deixou marcas significativas no currículo escolar, reconhecendo-se a relevância da existência de uma disciplina específica para a discussão da dinâmica da vida social. Também foram deixadas marcas nos cursos de Ciências Sociais, nos quais se evidenciou a relevância da formação docente e do debate sobre a presença da Sociologia na escola.

Observa-se que, para além dos desafios institucionais, no horizonte do ensino de Sociologia há desafios sociopolíticos, que remetem à ascensão de movimentos conservadores no campo educacional (Oliveira, 2020), o que ocorre, justamente, num momento de inflexão da democracia brasileira (Avritzer, 2018). Ainda que o Brasil não constitua um caso isolado – considerando-se a ascensão de governos conservadores populistas em diversos países –, é interessante perceber como em nosso contexto a Sociologia se torna um alvo preferencial de ataques públicos, constando inclusive ameaça ao financiamento dos cursos na área (Blois; Oliveira, 2019).

Como ponto positivo, devemos salientar o papel das associações científicas na defesa da função da Sociologia no currículo escolar, com destaque para a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e para a Abecs, uma vez que tais associações têm o potencial de mobilizar cursos de graduação e pós-graduação em torno desse debate. Ademais, professores que atuam na educação básica têm participado em alguns estados da elaboração das novas propostas curriculares, garantindo não apenas a presença da Sociologia, como também a renovação de seus conteúdos no ensino médio.

Embora a BNCC em sua versão final não tenha assegurado um espaço disciplinar para a Sociologia, é importante frisar que esta continua constituindo a área das Ciências Humanas nesse documento, assim como a matriz dessa área no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Assim sendo, a Sociologia continua presente na educação básica, o que é garantido disciplinarmente por diversos dispositivos estaduais, como de maneira não disciplinar por meio dos instrumentos nacionais.

### Referências bibliográficas

---

ALVES, E. M. S.; COSTA, P. R. S. M. Aspectos históricos da cadeira de Sociologia nos estudos secundários (1892-1925). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 6, n. 2, p. 31-51, jul./dez. 2006.

APPLE, M. W. *Ideologia e currículo*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

AVRITZER, L. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 273-289, maio/ago. 2018.

BLOIS, J. P.; OLIVEIRA, A. La sociología como profesión: formación, organización y prácticas de las sociólogas y los sociólogos en un escenario de cambio. *Temas Sociológicos*, Santiago, n. 25, p. 9-24, 2019.

BODART, C. N.; AZEVEDO, G. C.; TAVARES, C. S. Ensino de Sociologia: processo de reintrodução no ensino médio brasileiro e os cursos de Ciências Sociais/ Sociologia (1984-2008). *Debates em Educação*, Maceió, v. 12, n. 27, p. 214-235, maio/ago. 2020.

BODART, C. N.; CIGALES, M. P. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): um estado da arte na pós-graduação. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 256-281, jul./dez. 2017.

BODART, C. N.; CIGALES, M. P. O ensino de Sociologia no século XIX: experiências no estado do Amazonas, 1890-1900. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 123-145, jan./mar. 2021.

BODART, C. N.; TAVARES, C. S. Programas de fomento a expansão do ensino superior e oferta de cursos de Ciências Sociais no Brasil (1999-2017). *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 7-29, jan./jun. 2018.

38

BOTELHO, A. Passado e futuro das interpretações do país. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 47-66, jun. 2010.

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma Sociologia do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CAREGNATO, C. E.; CORDEIRO, V. C. Campo científico-acadêmico e a disciplina de Sociologia na escola. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 39-57, jan./mar. 2014.

CIGALES, M. P.; OLIVEIRA, A. La Sociología católica en Brasil a través de textos escolares. *Revista Mexicana de Sociología*, Ciudad de México, v. 83, n. 1, p. 157-184, ene./mar. 2021.

DECESARE, M. 95 anos de ensino de Sociologia no ensino médio. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 113-137, jan./mar. 2014.

ENGERROFF, A. M. B.; OLIVEIRA, A. Os sentidos da Sociologia escolar nos livros didáticos no Brasil. *Revista Pós-Ciências Sociais*, São Luís, v. 15, n. 30, p. 215-240, jul./dez. 2018.

HANDFAS, A. As pesquisas sobre o ensino de Sociologia na educação básica. In: SILVA, I.; GONÇALVES, D. N. (Org.). *Sociologia na educação básica*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 367-385.

LAHIRE, B. *En defensa de la Sociología: contra el mito de que los sociólogos son unos charlatanes, justifican a los delincuentes y distorsionan la realidad*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

LEITHAUSER, T.; WEBER, S. Ética, moral e política na visão de professores brasileiros e alemães. *Estudos de Sociologia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*, Recife, v. 16, n. 1, p. 87-108, 2010.

LIEDKE FILHO, E. D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 376-436, jul./dez. 2005.

MAÇAIRA, J. P. *O ensino de Sociologia e Ciências Sociais no Brasil e na França: recontextualização pedagógica nos livros didáticos*. 2017. 314 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MEUCCI, S. *Institucionalização da Sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos*. São Paulo: Editora Hucitec: Fapesp, 2011.

MEUCCI, S. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 51, n. 3, p. 251-260, set./dez. 2015.

MORAES, A. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 5-20, abr. 2003.

MORAES, A. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 31, n. 85, p. 359-382, set./dez. 2011.

OLIVEIRA, A. Revisitando a história do ensino de Sociologia na educação básica. *Acta Scientiarum Education*, Maringá, v. 35, n. 2, p. 179-189, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, A. Cenários, tendências e desafios na formação de professores de Ciências Sociais no Brasil. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*, Florianópolis, v. 14, n. 31, p. 39-62, set./dez. 2015.

OLIVEIRA, A. O ensino de Sociologia em Santa Fé (Argentina): algumas pistas comparativas com o caso brasileiro. *Tomo: Revista de Pós-Graduação em Sociologia*, Aracaju, n. 34, p. 393-418, 2019a.

OLIVEIRA, A. O ensino de Sociologia no Uruguai: uma análise a partir das narrativas dos professores. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*, Florianópolis, v. 18, n. 41, p. 261-279, 2019b.

OLIVEIRA, A. La enseñanza de las Ciencias Sociales en Brasil hoy. *REIDICS: Revista de Investigación en Didáctica de las Ciencias Sociales*, Cáceres, n. 7, p. 207-222, 2020.

OLIVEIRA, A. Máster para la formación de profesores en Ciencias Sociales en Brasil y España: algunos elementos comparativos. *Revista Española de Educación Comparada*, Madrid, n. 39, p. 271-284, jul./dic. 2021.

OLIVEIRA, A. La Sociología en la educación secundaria en Brasil (1890-1971). *Didacticae: Revista de Investigación en Didácticas Específicas*, Barcelona, n. 10-11, p. 1-15, 2022. No prelo.

OLIVEIRA, A.; GREINERT, D. O futuro da Sociologia na escola brasileira. *Enseñanza de las Ciencias Sociales*, Barcelona, n. 19, p. 67-77, 2020.

OLIVEIRA, A.; SILVA, R. A.; NASCIMENTO, C. O ensino em Sociologia como prática: diferenças e clivagens nos distintos espaços institucionais. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 21, n. 45, p. 183-204, jan./abr. 2020.

RODRIGUES, L. Brazilian political scientists and the Cold War: Soviet hearts, North-American minds (1966-1988). *Science in Context*, [Cambridge], v. 33, n. 2, p. 145-169, June 2020.

SANTOS, M. B. Diretrizes curriculares estaduais para o ensino de Sociologia: em busca do mapa comum. *Percursos*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 40-59, jan./jun. 2012.

SANTOS, M. B. *O Pibid na área de Ciências Sociais: da formação do sociólogo à formação do professor em Sociologia*. 2017. 290 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, I. L. F.; ALVES NETO, H. F.; VICENTE, D. V. A proposta da Base Nacional Comum Curricular e o debate entre 1988 e 2015. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 51, n. 3, p. 330-342, set./dez. 2015.

WEBER, S. *O professorado e o papel da educação na sociedade*. Campinas: Papirus, 1996.

---

Amurabi Oliveira, doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com estágio pós-doutoral em Didática das Ciências Sociais pela Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha, é professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordena o Programa de Pós-Graduação em Educação e integra a Câmara de Pós-Graduação da UFSC.

amurabi1986@gmail.com

Recebido em 10 de abril de 2021

Aprovado em 22 de junho de 2021